

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A INCAPACIDADE REVELADA PELA GESTÃO DE PAULO MACEDO NA CGD, O ATAQUE DA ADMINISTRAÇÃO E DO “EXPRESSO” AOS TRABALHADORES, AUMENTOS DE 80% PARA A ADMINISTRAÇÃO E DE 0,35% PARA OS TRABALHADORES, A GREVE MARCADA PARA O DIA 24-8-2018

RESUMO DESTES ESTUDOS, REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DE PAULO MACEDO, E A RAZÃO DA GREVE NA CGD

Como este estudo, que abrange o período da administração de Paulo Macedo na CGD (Dez.2016/Jun.2018), é extenso (11 págs.) resumi, nesta introdução, as principais conclusões, permitindo assim aos leitores com pouca disponibilidade ficar a conhecer não só a situação a que chegou a CGD com a atual administração mas também a razão da greve na CGD marcada para 24-8-2018 pelo STEC.

Como o negócio por excelência de um banco, como a CGD, é a concessão de bom crédito (*recuperável*), pelo qual cobra juros que é a sua principal fonte de rendimento, a sua evolução é um critério de avaliação de uma gestão, sendo importante para o crescimento económico e o desenvolvimento do país, que é a missão da CGD. O que tem acontecido com a administração de Paulo Macedo é que ela tem sido incapaz de inverter a queda continuada do crédito. Entre Dez.2016 e Jun.2018, o crédito bruto da CGD diminuiu de 65.188 milhões € para 57.945 milhões € (-7.243 milhões €) e o crédito líquido caiu, no mesmo período, de 59.413 milhões € para 53.612 milhões € (-5.801 milhões €). A CGD tem perdido quota de mercado em todos os segmentos de crédito. Entre Nov.2016 e Maio de 2018, a quota total da CGD diminuiu de 23,4% para 20% (-14,5%) no crédito total no país, a quota de crédito às empresas caiu, no mesmo período, de 20,7% para 16% (-22,7%), e aos particulares (famílias) reduziu-se de 24,5% para 22% (-10,2%). Tudo isto revela uma gestão claramente incapaz. **É o desastre anunciado para a CGD que ninguém quer ouvir (governo e os que o apoiam).**

E não se pense que é por falta de recursos. Em 2016, por cada 100€ de depósitos a CGD emprestou apenas 89,1€ (de crédito) e, em julho de 2018, com Paulo Macedo, este “*rácio de transformação*” tinha diminuído para apenas 83,4%, ou seja, por cada 100€ de depósitos a CGD apenas tinha emprestado (crédito concedido) 83,4€. Após a enorme recapitalização da CGD feita pelo Estado, a CGD tem rácios de capital confortáveis, e o seu rácio liquidez (LCR) aumentou, entre Dez.2016 e Jun.2018, de 176% para 216%, quando o Banco de Portugal exige apenas um rácio de 100%. Portanto, não faltam recursos na CGD para aumentar o crédito e cumprir a sua missão, que é promover o crescimento económico e o desenvolvimento do país, **o que tem faltado na CGD, e falta, é capacidade e competência da administração de Paulo Macedo para inverter a queda continuada do crédito e cumprir a missão da CGD**

A pergunta que se coloca é esta : Como é que a CGD conseguiu apresentar neste contexto um resultado positivo de 78 milhões € no 1º trimestre de 2018, e de 194 milhões € no 1º semestre de 2018? E a resposta é a seguinte: à custa da redução dos juros pagos aos depositantes da CGD (*taxas de juro quase ZERO pelos seus depósitos*); à custa da multiplicação e aumento de comissões pagas pelos clientes, muitos deles depositantes (*o que determinou a expropriação de uma parcela dos depósitos que são utilizados para pagar comissões pois nada rendem de juros*), e por meio do fecho de centenas de agências, de uma redução enorme dos trabalhadores, e do congelamento das suas remunerações desde 2010, mas não das dos administradores. Face à incapacidade da atual administração para aumentar o crédito e obter receitas para apresentar resultados, pretende agora reduzir ainda mais os custos com pessoal e para isso denunciou o Acordo de Empresa existente, para anular muitos direitos dos trabalhadores que vigoram há muitos anos.

Outros dados que mostram o que tem sido a gestão de Paulo Macedo na CGD. Entre 2016 e 1º sem.2018, a Margem financeira (*diferença entre juros recebidos e pagos*) da CGD aumentou à custa fundamentalmente da redução dos juros pagos aos depositantes, porque os juros cobrados pela CGD pela concessão de crédito caíram devido à redução do crédito. Entre 2016 e 2017, os juros recebidos pela CGD diminuíram 125 milhões € devido à redução do crédito da CGD, enquanto os juros pagos pela CGD aos depositantes diminuíram em 328 milhões €. Entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, sucedeu o mesmo, pois os juros pagos aos depositantes diminuíram em 119 milhões €. Como consequência a Margem financeira entre 2016 e 2017 aumentou 202 milhões €, mas já entre o 1º sem.2016 e o 1º sem.2018 diminuiu em 14 milhões € (passou de 606 milhões € para 593 milhões €). Para compensar a diminuição das receitas com a concessão de crédito, Paulo Macedo multiplicou as comissões, muitas delas pagas pelos depositantes. Entre 2016 e 2017, as receitas de comissões aumentaram de 568 milhões € para 589 milhões € (+3,7%) e, entre o 1º sem.2017 e o 1º sem.2018, subiram de 276 milhões € para 297 milhões € (+7,6%). **O massacre dos depositantes da CGD é evidente apesar deles financiarem com os seus depósitos 70% de todo o Ativo da CGD, recebendo juros próximos de zero, face à incapacidade da atual administração para aumentar o negócio bancário. Portanto, uma recuperação da CGD frágil, não real e não sustentável.**

Face à incapacidade para aumentar o crédito e assim aumentar as receitas, a atual administração apostou na redução de custos de qualquer forma mesmo que isso leve à destruição da CGD como ela era. Entre Dez.2016 e Jun.2018, só em Portugal, a administração de Paulo Macedo fechou 129 agências (*passaram de 651 para 522*) o que provocou o protesto das populações, e o número de trabalhadores reduziu-se de 8.113 para 7447 (-666). Desta forma a CGD está a perder a posição de domínio que tinha no setor bancário nacional, em benefício dos bancos estrangeiros, e tornando mais difícil a recuperação. E como tudo isto já não fosse suficiente, Paulo Macedo denunciou o Acordo de Empresa com o STEC visando eliminar um conjunto de direitos dos trabalhadores (*ver ponto III, pág. 9*) e pretende aumentar os salários dos trabalhadores apenas 0,35% que estão congelados desde 2010, no entanto neste período a remuneração do presidente da Comissão Executiva, ou seja, a sua teve um aumento de 82% (*passou de 16.578€ para 30.214€/mês*) e os restantes membros executivos da administração de 79,6% (*subiram de 12.412€ para 23.285€/mês*). É de perguntar ao 1º ministro, quando critica, e bem, a política salarial das grandes empresas, se permite isto na CGD, a principal empresa do Estado. Será o 1º ministro um Frei Tomás a bradar “*faz o que eu digo mas não faças o que eu faço*”, esquecendo o que se passa “*casa*”.

É importante lembrar, pois os defensores/opinadores da administração nos media, de que é exemplo João Vieira Pereira, no Expresso de 18/8/2018, no seu ataque violento e parcial (só ouviu uma parte para formar opinião) aos trabalhadores da CGD, a quem chama privilegiados, limitando-se a papaguear os argumentos da administração da CGD muitos deles não verdadeiros, ignorando a situação a que esta mesma administração está a levar a CGD, como fica claro neste estudo, “esquecem” que, entre 2016 e o 1º sem.2018, o “cost-to-income”, que é um rácio que se obtém dividindo os custos operacionais (*despesas com pessoal + despesas gerais administrativas + amortizações*) pelo Produto da atividade (VAB) da CGD diminuiu de 82% para apenas 58%, um valor inferior ao da maioria dos bancos em Portugal e da U.E. E apesar dos sacrifícios impostos aos trabalhadores, pois os custos com pessoal foram os que mais diminuíram (57% da diminuição dos custos operacionais no 1º sem.2018 deve à redução dos custos de pessoal, e contrariamente ao que escreveu João Pereira grande número dos trabalhadores não teve qualquer promoção e tem as remunerações congeladas desde 2010), Paulo Macedo tem sido incapaz de uma recuperação real e sustentada da CGD e, desesperado, vira-se contra os seus trabalhadores, provocando a revolta, o confronto e a desmotivação que só dificultará a recuperação da CGD pois sem trabalhadores motivados é impossível. Mais uma prova de incompetência de gestão.

A ANÁLISE DA GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE PAULO MACEDO FEITA COM BASE NOS RELATÓRIOS E CONTAS DIVULGADOS POR ESTA ADMINISTRAÇÃO

A análise das contas da CGD de 2016, de 2017 e do 1º semestre de 2018, período que abrange a gestão da administração de Paulo Macedo, assim como as conclusões que se tiram, vai ser feita com base nos dados oficiais dos relatórios e contas e da apresentação pública dessas contas pelo atual conselho de administração.

Esse estudo, para o tornar o mais claro e consistente, vai ser dividido em 4 partes, a saber: (I) Análise dos Balanços consolidados de cada ano, o que permite conhecer qual era a situação (*ter um retrato*) da CGD no fim de cada um dos períodos analisados (*págs. 2 a 6*); (II) Análise das Demonstrações de Resultados o que permite não só ficar a saber como a atividade da CGD se desenvolveu em cada um dos períodos, mas também conhecer a forma como foram obtidos os resultados apresentados (*págs. 6 a 9*); (III) A denuncia do AE e um novo e violento ataque aos direitos dos trabalhadores da CGD que o governo e as forças que o apoiam não podem ignorar (*págs. 9 a 10*); (IV) Conclusões e desafios futuros, com nas conclusões das análise feitas nos pontos anteriores, e onde se apontam alguns desafios futuros para reflexão (*págs. 10 a 11*).

Para uma mais fácil análise das Demonstrações Financeiras consolidadas, elaboramos relativamente a cada uma delas (*Balanço e Demonstração de Resultados*) um quadro com os dados mais importantes referentes aos anos de 2016, 2017 e 1º semestres de 2017 e o de 2018, que é o último disponibilizado.

I - ANALISE DAS PRINCIPAIS RÚBRICAS DO BALANÇO CONSOLIDADO DA CGD - Período 2016/1º Semestre de 2018

No quadro 1 reuniram-se os dados das rúbricas mais importantes dos Balanços consolidados da CGD referente aos anos de 2016, 2017 e ao 1º Semestre de 2017 e de 2018. Eles dão um retrato sintético da CGD no fim de cada um destes períodos, permitindo assim ficar com uma ideia clara da evolução verificada e da tendência registada.

Quadro 1 – Balanços consolidadas da CGD – Período 2016/1ºSemestre 2018

RÚBRICAS	2016 Milhões €	1ºT-2017 Milhões €	1ºsem.-2017 Milhões €	2017 Milhões €	1ºT-2018 Milhões €	1º sem.2018 Milhões €	2017-2016 Milhões €	1º sem.2018- 1ºsem.2017 Milhões €	2T2018/ 2016-M€
I- BALANÇO									
ATIVO LIQUIDO (a CGD está a encolher)	94 411	97 535	96 602	93 248	90 902	91 508	-1 163	-5 094	-2 903
Caixa e em Bancos centrais	1 740	4 267	4 389	4 621	4 177	5 249	2 881	860	3 509
Aplicações em instituições de credito	4 176	3 988	3 970	3 727	3 372	3 292	-449	-678	-884
APLICAÇÕES EM TITULOS	13 889	15 729	17 019	15 751	15 972	15 671	1 862	-1 348	1 782
Aplicações titulos % Ativo liquido(Risco elevado?)	14,7%	16,1%	17,6%	16,9%	17,6%	17,1%	0	-0,5 p.p.	0
Credito bruto - contas consolidadas	65 188	63 684	61 938	59 764	58 150	57 945	-5 424	-3 993	-7 243
Imparidades de credito acumuladas	5 633	5 252	4 828	4 509	4 388	4 333	-1 124	-495	-1 300
Credito liquido a clientes - contas consolidadas	59 413	58 432	57 110	55 255	53 762	53 612	-4 158	-3 498	-5 801
Credito a clientes - contas individuais	52 042	51 014	50 107	48 072	47 284	47 094	-3 970	-3 013	-4 948
Ativos não correntes disponiveis para venda (dações)-Liquido	7 282	7 205	6 960	6 757	6 578	6 644	-525	-316	-638
Propriedades de investimento	978	966	954	898	893	877	-80	-77	-101
Ativos por impostos diferidos	2 481	2 480	2 431	2 323	2 316	2 219	-158	-212	-262
PASSIVO	90 528	89 709	88 708	84 974	82 847	83 354	-5 554	-5 354	-7 174
Recursos bancos centrais e IC	4 492	4 494	4 167	4 043	4 217	2 323	-449	-1 844	-2 169
Recursos de clientes e outros emprestimos	66 692	67 231	66 951	63 631	62 242	64 303	-3 061	-2 648	-2 389
Recursos de clientes -atividade doméstica	53 184	54 306	54 581	52 319	52 135	54 151	-865	-430	967
Responsabilidades representadas por titulos	4 184	4 058	4 078	4 051	3 222	3 241	-133	-837	-943
RECURSOS CLIENTES+ RESPONSABILIDADES TITULOS	70 876	71 289	71 029	67 682	65 464	67 544	-3 194	-3 485	-3 332
Passivos subordinados	2 424	1 474	1 470	1 028	1 026	1 522	-1 396	52	-902
Outros passivos	3 966	3 790	3 732	4 088	4 089	4 173	122	441	207
RACIO TRANSFORMAÇÃO (ineficiência da gestão?)	89,1%	86,9%	85,3%	86,8%	86,4%	83,4%	-2,2%	-2%	0
RACIO TRANSFORMAÇÃO-2 (ineficiência da gestão?)	83,8%	82,0%	80,4%	81,6%	82,1%	79,4%	-2,2%	-1%	0
RACIO NPL EBA	15,8%	15,3%	13,5%	12,1%	11,4%	10,5%	-3,7%	-3%	0
CAPITAIS PRÓPRIOS	3 883	7 827	7 895	8 274	8 054	8 154	4 391	259	4 271
CAPITAL	5 900			3 844			-2 056		

FONTE: Apresentação dos resultados - 2016, 2017 e 1º Trim. e 1º sem.2017 e 2018 - Administração da CGD

Uma análise detalhada dos dados constantes do quadro 1 permite tirar conclusões importantes para os quais se chama a atenção do leitor sobre a situação do maior banco publico, e que constam dos pontos seguintes.

1. A carteira de crédito concedido pela CGD continua a diminuir apesar da CGD ter uma elevada liquidez mas um baixo “rácio de transformação”

O CRÉDITO BRUTO, antes da dedução das imparidades, concedido pela CGD às empresas e às famílias continuou a diminuir no 1º semestre de 2018, tendo-se reduzido, entre 2016 e 2017, de 65.188 milhões € para 59.764 milhões € e, no 1º semestre de 2018 sofreu nova redução, diminuindo para 57.945 milhões €; portanto, entre Dezembro de 2016 e Junho de 2018, ou seja, em apenas num ano e meio, o crédito bruto reduziu-se em 7.243 milhões € (-11,1%). Uma evolução semelhante também no crédito líquido. Em 2016, o CRÉDITO LÍQUIDO era de 59.413 milhões €; em 2017 baixou para 55.255 milhões € e, no 1º sem.2018, reduziu-se para 53.612 milhões €; portanto, num ano e meio registou uma redução de 5.801 milhões € (-9,8%).

Se considerarmos o período compreendido entre o 1º semestre de 2017 e o 1º semestre de 2018, portanto num ano apenas, a redução no crédito bruto a clientes atingiu 3.993 milhões € (-6,4%) e no crédito líquido (*depois de deduzidas as imparidades*) a diminuição foi de 3.498 milhões € (-6,1%). Portanto, é evidente que a CGD não está a cumprir a sua missão fundamental que é dinamizar a economia e o desenvolvimento do país.

E isto apesar da CGD possuir elevada liquidez e de ter rácios de capital muito confortáveis. Como mostram os dados do quadro 1, em 2016, a CGD tinha em “caixa” e aplicados em bancos (*centrais e outros*) 5.916 milhões e em títulos 13.889 milhões €, o que somados davam 19.805 milhões €. E no 1º Trim.2018, esse valor tinha aumentado para 23.521 milhões € (+18,8%).

No 1º semestre de 2018, a CGD utilizou uma parte da sua liquidez, não para aumentar o crédito, mas sim para reduzir a sua exposição ao BCE, tendo amortizado 1.894 milhões € de dívida ao Banco Central Europeu. Apesar disso, entre o 1º Trim.2018 e o 2º Trim.2018, os depósitos em “caixa” e em bancos aumentaram de 7.549 milhões € para 8.541 milhões €, e o total das aplicações da CGD em títulos e em bancos aumentou, no mesmo período, de 23.521 milhões € para 24.212 milhões €. O rácio de liquidez (LCR) no fim do 1º sem.2018 era de 216%, quando o supervisor exige um rácio mínimo de apenas 100%.

É evidente que a CGD possui os recursos necessários dados pelo Estado para aumentar o crédito às empresas e às famílias, e assim dinamizar a economia e o desenvolvimento do país, mas apesar de ter recursos disponíveis para o fazer é evidente também que a atual administração está a revelar que é incapaz de o fazer. Os números da própria administração provam isso.

2. A redução continuada de quota de mercado de crédito da CGD em todos os segmentos de mercado

Esta situação é ainda mais grave se se tiver presente que ela está associada à perda continuada de quota de mercado pela CGD em todos os segmentos de crédito, o que revela que a CGD está a ter nesta área um desempenho inferior ao de vários bancos a operar no país que se estão a apropriar de uma parcela da quota da CGD.

Quadro 2 – Quota da CGD no mercado do crédito -2016/2018

QUOTAS DE MERCADO DE CRÉDITO	Nov. 2016	1ºT.2017 (Fev)	1º sem.2017 (Maio)	3ºT-2017 (Agosto)	Dez. 2017	Fev.2018 (Contas 1ºTrim.)	Mai.2018 (contas 1º sem.2018)	Redução % da quota de mercado Nov2016/Maio.2018
CREDITO -QUOTA DE MERCADO								
QUOTA TOTAL	23,4%	22,0%	21,5%	21,0%	20,8%	20,4%	20,0%	-14,5%
EMPRESAS	20,7%	19,0%	18,5%	18,0%	17,1%	16,4%	16,0%	-22,7%
PARTICULARES	24,5%	26,0%	25,9%	23,0%	22,2%	22,0%	22,0%	-10,2%
Habituação	28,1%			26,0%	25,4%	25,2%	25,0%	-11,0%
Consumo	9,3%			6,0%	4,9%			
SETOR PÚB.ADM.					30,9%			

FONTE: Apresentação dos resultados - 2016, 2017 e 1º Trim. E sem.2018 - Administração da CGD

A perda continuada de quota de mercado de crédito por parte da CGD desde Novembro de 2016 (-14,5% na quota total) revela que há bancos que estão a ganhar quota de mercado à custa da CGD resultante do deficiente desempenho da CGD, pois esta perda resulta do facto da redução da carteira de crédito da CGD ser superior à média do mercado, o que é preocupante, pois o negócio bancário está a ser difícil para todos os bancos e não apenas para a CGD.

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

O quadro seguinte, construído também com dados dos relatórios e contas divulgados pela atual administração confirma, em valores absolutos, a gravidade da queda continuada do crédito concedido pela CGD durante a administração de Paulo Macedo.

Quadro 3 – A evolução da carteira de crédito da CGD em Portugal no período 2016-1º Sem.2018

CRÉDITO A CLIENTES	2016 Milhões €	1ºT-2017 Milhões €	1º sem.2017 Milhões €	2017 Milhões €	1ºT-2018 Milhões €	1º sem.2018 Milhões €	1º sem.2018/1º sem.2017 - Milhões €	1º sem.2018- 2016 Milhões €
CGD -PORTUGAL (s/ unidade do grupo)	52 960	52 056	50 693	48826	47 933	47 598	-3 095	-5 362
EMPRESAS	18 316	17 717	16 643	15706	15 252	15 549	-1 094	-2 767
SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO	5 617	5 665	5 514	5117	4 930	4 840	-674	-777
INSTITUCIONAIS E OUTROS	1 028	1 004	1 182	1254	1 345	1 122	-60	94
PARTICULARES	28 000	27 670	27 354	26750	26 407	26 088	-1 266	-1 912
Habitação	27 064	26 769	26 471	25861	25 530	25 208	-1 263	-1 856
Outras finalidades	936	901	883	889	877	880	-3	-56
OUTRAS UNIDADES DO GRUPO CGD	12 227	11 629	11 245	10985	10 217	10 347	-898	-1 880
TOTAL	65 188	63 685	61 938	59812	58 151	57 945	-3 993	-7 243

FONTE: Apresentação dos resultados - 2016, 2017 e 1º Trim. E 1º sem. 2018 - Administração da CGD

Entre 2016 e o 1º semestre de 2018, o crédito às empresas, ao setor público administrativo (SPA), aos particulares e às unidades do grupo CGD diminuiu em 7.243 milhões €, sendo 2.767 às empresas, um subsector vital para a recuperação económica, e 1.912 milhões € aos particulares (famílias).

O **Rácio de Transformação**, que se obtém dividindo o crédito líquido pelo depósitos de clientes, e que é também um indicador da eficácia de uma administração, entre 2016 e o 1º semestre de 2018, que era já baixo em 2016, diminuiu de 89,1% para apenas 83,4%, como consta do quadro 1. Isto significa que, em 2016, a CGD por cada 100 € de depósitos apenas concedia 89,1 € de crédito e que, após essa data, a situação agravou-se de uma forma continuada, já que no fim do 1º semestre de 2018 por cada 100 € de depósitos já só concedia 83,4 € de crédito. O valor total de crédito concedido pela CGD é significativamente inferior ao valor total dos depósitos que obtém dos clientes, o que obriga a CGD a pagar juros de miséria ou mesmo a não pagar juros aos seus depositantes e, mais recentemente, através da multiplicação de comissões está-se a apropriar de uma parcela do capital dos depositantes já que uma parte significativa dos depósitos não rendem nada na CGD mas têm de pagar comissões de manutenção e outras. É uma situação insustentável que, a prolongar-se por muito mais tempo, poderá determinar a fuga de centenas de milhares de clientes e um declínio maior da CGD.

Esta ineficácia de gestão é confirmada também pelo elevadíssimo **rácio de liquidez da CGD** – o chamado **LCR (Liquidity Coverage Ratio)** – que, entre 2016 e o 1º semestre de 2018, aumentou de 176% para 216%, resultante de existir liquidez que podia ser utilizada para dinamizar a economia e o desenvolvimento do país mas que neste momento não está.

3. A evolução dos depósitos de clientes e a perda, pela CGD, de quota de mercado

Embora a CGD apresente uma elevada liquidez, em grande parte determinada pelo pouco crédito que concede, os dados dos relatórios e contas divulgados pela administração da CGD revelam uma evolução de depósitos que está a determinar a erosão gradual da posição de domínio que a CGD ocupava no setor.

Os dados do quadro 1 mostram também que, entre 2016 e 1º semestre de 2018, a CGD perdeu 2.648 milhões € de depósitos (se adicionarmos as responsabilidades em títulos, que também são recursos captados aos clientes, a perda atinge 3.194 milhões €), embora se tenha invertido a queda no 2º trimestre de 2018 (64.303 milhões €) quando comparado com o valor do 1º Trimestre de 2018 (62.242 milhões €).

Mas mais preocupante é a perda de quota de mercado também na área de depósitos de clientes revelada pelos dados divulgados pela administração da CGD constante do quadro 4, o que mostra que outros bancos estão a ganhar quota de mercado à custa da CGD.

Quadro 4 – Depósitos – evolução da quota mercado de depósitos da CGD por segmentos

DEPÓSITOS - QUOTA DE MERCADO								
QUOTAS DE MERCADO DE DEPÓSITOS	Nov. 2016	1ºT.2017 (Fev)	1º sem.2017 (Maio)	3ºT-2017 (Agosto)	Nov. 2017	Fev.2018 (Contas 1ºTrim.)	Mai.2018 (contas 1º sem.2018)	Redução % da quota de mercado Nov2016/Fev.2018
QUOTA TOTAL	27,7%	28,0%	27,0%	27,0%	27,0%	26,0%	26,0%	-6,1%
EMPRESAS	12,2%	12,0%	12,0%	12,0%	11,0%	12,0%	12,0%	-1,6%
PARTICULARES	31,5%	31,0%	31,0%	31,0%	30,0%	30,0%	29,0%	-7,9%
Administração Pública	35,0%	36,0%						

FONTE: Apresentação dos resultados - 2016, 2017 e 1º Trim. E sem.2018 - Administração da CGD

Em cerca de um ano e meio, a CGD perdeu 6,1% da sua quota de mercado nos depósitos o que, embora ainda não seja preocupante, revela, por um lado, uma tendência negativa e, por outro lado, a perda progressiva de competitividade e da posição dominante que a CGD tinha e a falta de competência a nível de gestão.

4. A evolução dos rácios de solvabilidade da CGD entre 2016 e o 1º Semestre de 2018

O quadro 5, mostra a variação registada nos vários rácios de solvabilidade e de liquidez da CGD no período entre 2016 e o 1º semestre de 2018 (são dados constantes dos relatórios e contas trimestrais e anuais divulgados pela administração da CGD).

Quadro 5 – Rácios de solvabilidade da CGD no período 2016-1º semestre de 2018

RACIOS DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ	2016	1T2017	1ºsem.-2017	2017	1ºT2018	1ºsem.2018
Common Equity Tier 1 (CET 1)	12,1%	12,3%	12,8%	14,0%	13,6%	14,0%
Tier 1	13,0%	13,3%	13,8%	15,1%	14,7%	15,1%
Rácio Total	14,1%	14,2%	14,6%	15,7%	15,3%	16,5%
Liquidity Coverage Ratio (LCR)- ineficiência da gestão	176%	230%	222%	208,9%	241%	216%

FONTE: Relatórios e contas trimestrais e anuais da CGD – 2016 /1º semestre de 2018 - CGD

Após a capitalização da CGD realizado pelo Estado, como único acionista da CGD, a situação da CGD em relação aos rácios **CET 1, TIR 1 e Rácio de Capital Total, e também em relação ao rácio de liquidez (LCR) é bastante confortável**, não existindo razões para que a CGD não cumpra a sua importante missão que é a concessão de crédito às empresas e às famílias, com o objetivo de promover o crescimento e o desenvolvimento do país. E como mostramos anteriormente isso não está a acontecer pois a carteira de crédito da CGD tem diminuído de uma forma continuada.

5. A erosão da posição domínio que a CGD detinha no setor bancário

Para terminar esta parte da análise, e como corolário do estudo realizado até aqui, interessa chamar a atenção para a diminuição gradual, mas real, da posição dominante que a CGD ocupava no setor bancário em Portugal, evidentemente em benefício da banca privada controlada por estrangeiros.

Como revela o quadro 1, apesar da importante recapitalização da CGD feito pelo Estado no fim de 2016/início de 2017, o valor do ATIVO LIQUIDO da CGD diminuiu, entre 2016 e o 1º semestre de 2018, em 2903 milhões €, pois passou de 94.411 milhões € para 91.508 milhões €.

A juntar a este indicador, e mais preocupante, é a perda de quota no mercado quer no crédito total a nível do país, quer nos depósitos captados aos clientes, assim como a venda de ativos que possuía a nível internacional.

Internamente tem havido uma política de redução da presença da CGD a nível nacional, sendo o indicador mais importante a redução do número de agências e de trabalhadores. O quadro 6, mostra de uma forma quantificada o que tem acontecido neste campo com a administração de Paulo Macedo, embora este se justifique dizendo que apenas está a cumprir um acordo assinado entre o atual governo e a comissão europeia.

Quadro 6 – Redução do número de agências e de trabalhadores durante a administração de Paulo Macedo – 2016/2018

DESIGNAÇÃO	2 016	1T2017	1ºsem.2017	2 017	1ºT2018	1º sem.2018	2017-2016	1º sem.2018- 1º sem.2017	1º sem.2018/ 2016
Agências bancárias em Portugal	651	650	590	587	587	522	-64	-68	-129
CGD Portugal - Trabalhadores	8 113	8 145	8 070	7 689	7 521	7 447	-424	-623	-666

FONTE: Contas não auditadas - 2017, 1º e 1º semestre de 2018

Em um ano e meio, a administração de Paulo Macedo fechou 126 agências, algumas em locais de concelhos onde só existia a CGD, o que provocou o protesto das populações e reduziu em 666 o número de trabalhadores da CGD em Portugal. E quer continuar tudo isto.

A redução gradual, mas real, da posição dominante que a CGD ocupava no setor bancário em benefício de bancos privados controlados por estrangeiros, torna o crescimento económico e o desenvolvimento do país cada vez mais dependente de centros de decisão localizados fora do país, o que é extremamente preocupante, e devia merecer a atenção do governo e das forças políticas que o apoiam.

II - ANÁLISE DAS PRINCIPAIS RÚBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS DA CGD: Período 2016/1º semestre de 2018

Feita a análise da situação da CGD no fim de cada trimestre do período 2016/1º semestre 2018, com base nos Balanços, interessa agora analisar as Demonstrações de Resultados o que permite não só ficar a saber como a atividade da CGD se desenvolveu em cada um dos períodos, mas também conhecer a forma como foram obtidos os resultados apresentados.

No quadro 7 reuniram-se os dados das rúbricas mais importantes das Demonstrações de Resultados consolidadas da CGD referente aos anos de 2016, 2017 e ao 1º semestre de 2017 e de 2018. E isto para uma mais fácil análise dos seus valores.

Quadro 7 – Valores das principais rúbricas das Demonstrações de Resultados consolidados da CGD – Período 2016/ 1º semestre de 2018

RÚBRICAS	2016 Milhões €	1Tº2017 Milhões €	1º sem.2017 Milhões €	2017 Milhões €	1ºT 2018 Milhões €	1º sem.2018 Milhões €	2017-2016 Milhões €	1º sem.2018 - 1ºsem.2017 Milhões €
Juros e rendimentos similares	2 470	578	1 168	2 345	520	1 036	-125	-131
Juros e encargos similares	1 431	278	562	1 104	223	443	-328	-119
Margem financeira	1 039	300	606	1 241	297	593	202	-12
Rendimentos de instrumentos de capital	51	37	24	46	31	12	-5	-12
Margem financeira alargada	1 090	237	630	1 287	235	605	197	-24
Receitas de comissões	568	106	276	589	116	297	21	21
Encargos com comissões	118	20	58	124	19	58	6	0
Comissões líquidas	450	86	218	465	97	239	15	21
PRODUTO BANCARIO "CORE" (negócio bancário)	1 488	386	824	1 706	393	832	218	9
Resultados operações financeiras	77	66	218	216	35	51	139	-167
PRODUTO GLOBAL DA ATIVIDADE	1 423	356	1 042	1 965	334	889	541	-153
Custos operacionais	1 168	261	602	1 103	238	516	-65	-86
Custos com pessoal	661	178	376	659	167	327	-2	-49
Gastos gerais administrativos	415	68	179	358	60	158	-57	-22
Amortizações	92	15	47	87	10	32	-5	-15
Resultado Bruto de Exploração (antes das imparidades)	254	95	440	861	97	373	607	-67
COST-TO-INCOME (eficiencia da gestão)	82%	73%	57,7%	56,2%	71%	58,0%		
CUSTOS OPERACIONAIS/PRODUTO BANCARIO "CORE"	78%	68%	73,0%	64,7%	60%	62,0%		
Imparidades de crédito líquidas	2 383	21	47	86	18	113	-2 297	66
Imparidades de outros ativos líquidas de reversões e recuperações	616	5	343	591	-67	-68	-25	-412
SOMA DAS IMPARIDADES	2 999	27	390	677	-49	45	-2 322	-346
RESULTADOS OPERACIONAIS (antes IRC)	-2 744	68	50	184	146	329	2 928	279
Impostos correntes (-)	-286	12	99	59	32	41	345	-58
Impostos diferidos (+)	-589	-7	17	120	1	95	709	78
CE setor bancario (imposto receita Fundo Resolução)	39	34	37	36	34	33	-3	-4
Resultados em filiais detidas para venda			61			25	0	-37
Resultados em empresas por equivalencia patrimonial			11			27	0	16
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-1 860	30	-50	52	78	194	1 912	244

FONTE: Relatórios e contas trimestrais e anuais da CGD – 2016 /1º semestre de 2018 – CGD

Seguidamente faz-se uma análise das rúbricas mais importantes, o que permite ficar com uma informação mais clara do que têm sido os resultados da gestão da administração de Paulo Macedo.

1. A Margem Financeira continua a ser conseguida fundamentalmente à custa da redução do custo do “funding”, ou seja, dos depositantes, e não devido ao aumento do negócio bancário (crédito)

A análise dos dados referentes a 2016 e 2017 relativos à Margem Financeira, que aumentou de 1.039 milhões € para 1.241 milhões € (+ 19,4% num ano), revela que esta subida verificada neste período não teve como origem o aumento dos juros resultantes de operações ativas (*crédito concedido*), que até diminuiu em 125 milhões €, mas fundamentalmente foi obtido à custa da redução dos juros pagos aos depositantes, que diminuíram, no mesmo período, em 328 milhões € (-22,8%).

No 1º semestre de 2018, o valor da Margem Financeira (593 milhões €) foi já inferior à do 1º semestre de 2017 (606 milhões €). Esta variação negativa resultou de uma redução dos juros das operações ativas (crédito) de 131 milhões € superior à diminuição dos juros de operações passivas (depósitos) em 119 milhões € (o que não aconteceu nos anos anteriores), o que prova que o instrumento que estava a ser preferencialmente utilizado para aumentar a Margem financeira (redução do custo do “funding” à custa dos depositantes muito superior à redução dos juros de operações ativas) já se esgotou ou está em vias disso (idêntica situação já se tinha verificado no 1º Trimestre de 2018). Tudo isto mostra que o caminho que está a ser seguido não é sustentável.

2. O aumento importante da receita de comissões que também penaliza os depositantes

Face à diminuição continuada das receitas com a concessão crédito, devido à queda continuada do crédito concedido, os bancos têm recorrido de uma forma sistemática à multiplicação e aumento das comissões sobre os clientes, incluindo depositantes, para cobrir a receitas que não conseguem obter com a concessão de crédito, procurando desta forma compor os resultados.

A CGD, apesar de ser um banco público, não foge à regra e tem utilizado amplamente esse meio. Entre 2016 e 2018, na CGD verificou-se um aumento importantes quer das comissões cobradas, quer das comissões liquidas, que se obtém deduzindo à receita bruta de comissões cobradas o valor das comissões que pagou. Assim, entre 2016 e 2017, as comissões liquidas da CGD aumentaram de 450 milhões € para 465 milhões € (+3,3%) e, entre o 1º semestre de 2017 e o 1º semestre de 2018 cresceram de 218 milhões € para 239 milhões € (+9,6%). O recurso crescente a este tipo de receita é evidente para obter receitas, face à incapacidade para aumentar o crédito concedido às empresas e às famílias. Segue-se o caminho mais fácil: espoliar os depositantes.

3. O aumento insuficiente do “produto bancário core” e do Produto global da atividade

O “*Produto bancário core*”, que se obtém somando a Margem financeira e as Comissões liquidas, é o produto por excelência da atividade bancária quando obtido por meio do aumento do crédito concedido. Entre 2016 e 2017, ele aumentou de 1.488 milhões € para 1.706 milhões €, ou seja, em 14,6%. Mas entre o 1º semestre de 2017 e o 1º semestre de 2018 passou apenas de 824 milhões € para 832 milhões €, ou seja registou um crescimento de somente 1%, o que é preocupante e mostra a fragilidade da “recuperação” da CGD.

Esta diminuição significativa na taxa de crescimento do “*Produto bancário core*” é uma consequência, por um lado, da incapacidade revelada pela atual administração para aumentar a carteira de crédito da CGD e, por outro lado, do esgotamento do meio que tem sido utilizado para aumentar a Margem financeira, ou seja, à custa da redução dos juros pagos aos depositantes (custo do “funding”).

Por outro lado, entre 2016 e 2017, o Produto Global da Atividade, que inclui o Produto Bancário, aumentou de 1.423 milhões € para 1.965 milhões €, ou seja, em 541 milhões €, mas uma parcela significativa deste aumento teve como origem os resultados de operações financeiras (ROF’s), ou seja, de mais-valias (especulação) que, em 2017, atingiram 216 milhões € portanto uma receita incerta, quando em 2016 tinham sido apenas 77 milhões €.

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Entre o 1º semestre de 2017 e o 1º semestre de 2018, o Produto global da atividade diminuiu de 1.042 milhões € para 889 milhões € (-14,7%). A diminuição significativa do Produto global da atividade é uma consequência, por um lado, das dificuldades que a CGD tem enfrentado para aumentar o “Produto bancário core” analisadas anteriormente e, por outro lado, do facto que entre o 1º semestre de 2017 e o 1º semestre de 2018, os Resultados das operações financeiras (ROF’s), ou seja, as mais valias obtidas com a venda da dívida, principalmente pública, diminuíram de 218 milhões € para apenas 51 milhões € (-76,6%), o que comprova, por um lado, a aleatoriedade deste tipo de receitas como tínhamos referido em estudos anteriores e, por outro lado, evidencia que a forma como está a ser feita a “recuperação” não é ainda sustentável.

4. A redução significativa dos custos operacionais devido ao fecho de agências e à redução do número de trabalhadores

Os Custos operacionais ou de estrutura diminuíram, entre 2016 e 2017, em 65 milhões € e, entre o 1º semestre de 2017 e o 1º semestre de 2018, reduziram-se em 86 milhões €, pois passaram de 602 milhões € para 516 milhões € (-14,3%). Esta redução nos “Custos operacionais” foi conseguida fundamentalmente à custa da diminuição dos custos com pessoal que, no período, diminuíram em 49 milhões € (-13,5%). No entanto, a administração de Paulo Macedo parece ainda não estar satisfeita com esta redução pois denunciou recentemente o Acordo de empresa que vigorava na CGD, e apresentou uma proposta de um novo Acordo que visa eliminar um conjunto de direitos que os trabalhadores tinham, reduzindo assim as remunerações, remunerações estas que se encontram congeladas desde 2010.

Devido à evolução do Produto Global de Atividade (entre 2016 e 2017, aumentou em 541 milhões €) e, conseqüentemente, também da redução dos custos operacionais, o “**cost-to-income**”, que é um rácio que se obtém dividindo os Custos Operacionais (Custos de Pessoal + Custos Gerais Administrativos + Amortizações) pelo Produto Global da Atividade, sendo na banca utilizado como um indicador de eficiência, registou, entre 2016 e 2017, uma redução significativa pois baixou de 82% para apenas 56%, o que não deixa de ser positivo embora a forma como foi obtido não é sustentável pois não resulta do aumento do crédito concedido.

No entanto, quando comparamos o do 1º semestre de 2017 com o do 1º semestre de 2018, a variação do “**cost-to-income**” é de 57,7% para 58% respetivamente (na Press Release da CGD estão indicados para o 1º semestre 2018 apenas 56,3%, que resulta do facto de terem sido deduzidos nos custos operacionais ou de estrutura os custos não recorrentes), que apesar de ser um valor baixo, portanto positivo, já não se verifica qualquer redução, o que é em grande parte determinado pela evolução do Produto global da atividade no 1º semestre de 2018 que registou uma diminuição 14,7% , quando comparado com o de idêntico período de 2017.

5. Uma reflexão final sobre a forma como foram obtidos os resultados positivos de 194 milhões € no 1º semestre de 2018

Em 2017, a CGD apresentou um resultado positivo de 52 milhões €, mas esse resultado foi conseguido após ter sido constituído em 2016 enormes imparidades (2.999 milhões €), o que tornou possível que, em 2017, se constituíssem 677 milhões € de imparidades, sendo apenas 86 milhões € imparidades de crédito, quando as imparidades de crédito (perdas prováveis de crédito) em 2016 atingiram 2.383 milhões €. Portanto, as enormes imparidades de crédito constituídas em 2016, com base em critérios extremamente conservadores e com o objetivo de facilitar o trabalho da nova administração, suportadas pelos contribuintes, permitiram fazer uma limpeza de mau crédito, o que possibilitou reduzir significativamente as imparidades de crédito constituídas em 2017. Mesmo assim, para obter um resultado positivo de 52 milhões € foram necessárias 216 milhões de mais valias de operações financeiras, que compara com 77 milhões obtidas em 2016.

No 1º semestre de 2018, a CCD obteve um resultado positivo de 194 milhões €, que compara com o resultado negativo de -50 milhões € no 1º semestre de 2017. É uma evolução positiva

No entanto, o resultado positivo de 194 milhões € no 1º semestre de 2018, só foi possível obter também através da reversão de 68 milhões € de imparidades de “*outros ativos*” como mostram os dados do quadro 7 , imparidades essas que foram constituídas a mais em anos anteriores, que assim foram transformadas em lucros no 1º semestre de 2018.

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Sem esta reversão de imparidades constituídas em excesso nos anos anteriores, que na altura alertamos que podiam ser em parte revertidas alimentando “*lucros futuros*”, os lucros da CGD no 1º semestre de 2018 teriam sido de 127 milhões €. No entanto, é importante referir que apesar das enormes imparidades que a CGD constituiu em 2016, dos elevados montantes de carteira que a CGD vendeu em 2017, e dos enormes abates de crédito que tem realizado (*write-offs*), a CGD ainda teve de constituir, no 1º semestre de 2018, 113 milhões de imparidades de crédito (2,4 vezes as de idêntico período de 2017), e o rácio de créditos improdutos (NPL) era, em Junho de 2018, 10,5% do crédito total, o que continua a ser um valor muito elevado.

A recuperação da CGD nunca será real e sustentada enquanto o negócio bancário não aumentar como decorre de toda a análise feita, e isso ainda não está a acontecer como ficou também claro.

III– A DENUNCIA DO ACORDO DE EMPRESA, E O NOVO E VIOLENTO A ATAQUE AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA CGD QUE O GOVERNO E AS FORÇAS QUE O APOIAM NÃO PODEM IGNORAR

Para agravar toda esta situação, e num ato de desespero face à incapacidade que tem revelado para aumentar o negócio bancário e assim conseguir uma recuperação real e sustentada da CGD, a administração de Paulo Macedo decidiu manter congeladas, na prática, as remunerações dos trabalhadores que estão inalteráveis desde 2010, apresentando uma proposta de subida de salarial de apenas 0,35% que só pode ser interpretada como uma provocação face aos aumentos de 80% que já tiveram as remunerações dos administradores executivos desde 2016. E como tudo isso já não fosse suficiente, Paulo Macedo decidiu denunciar o Acordo de Empresa em vigor na CGD assinado com o STEC, que é o sindicato em que estão filiados a esmagadora maioria dos trabalhadores da CGD, visando eliminar um grande número de direitos dos trabalhadores. Este ato de violência, para além de mostrar desespero, revela também incompetência a nível de gestão, pois a recuperação da CGD também passa pelo envolvimento, mobilização e motivação dos trabalhadores (*qualquer bom gestor sabe isso*), e não é congelando indefinidamente os salários (8 anos) e eliminando direitos importantes existentes há muitos anos que se consegue isso. Ato desta natureza só podem causar a revolta, o confronto e a desmotivação, e só podem ser também entendidos, objetivamente, como a intenção de destruir o banco público.

Alguns dos direitos atuais dos trabalhadores da CGD que já vigoram há muitos anos que a administração de Paulo Macedo quer eliminar com a denuncia do Acordo de Empresa (AE):

- Destruir a carreira profissional existente na CGD através da eliminação de 20 categorias profissionais e a nível da Tabela salarial eliminação dos níveis intermédios;
- Eliminar as promoções por mérito;
- Eliminar a referência do principio da não discriminação no AE;
- Eliminar a referência ao período de funcionamento de 2ª a 6ª feira é eliminada;
- Liberalizar os horários de trabalho (banco de horas);
- Eliminar o pagamento da isenção de horário de trabalho que atualmente varia entre 22% e 47% é reduzida para apenas 22%;
- Introduzir a mobilidade geográfica obrigatória não só o distrito em que o trabalhador foi contratado mas também para o distrito contíguo;
- Reduzir o número de diuturnidades de 8 para 7;
- Eliminar do AE o subsidio de trabalho por turno;
- Eliminar do AE o acréscimo de retribuição por trabalho normal prestado aos sábados, domingos e feriados;
- Eliminar o prémio por antiguidade de 10, 20 e 30 anos;
- Eliminar a participação nos lucros;
- Reduzir o período de férias dos trabalhadores ao atingir 54 anos e 34 anos de serviço em 2 dias, e para idade superior a redução é de 3 dias;
- Eliminar do AE a possibilidade de acumular dias de férias;
- Eliminar do o pagamento dos primeiros 3 dias de baixa por doença;
- Eliminar do AE o direito a assistência médica e cuidados de saúde pela CGD que atualmente existe;
- Poder transferir livremente os trabalhadores numa área que abranja 2 distritos sem qualquer preocupação pelo local de residência;

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

- Agravar as regras do crédito de habitação que vigoram para os trabalhadores da CGD;
- Apagar 4 anos na carreira profissional (2013/2016) deixando este tempo de contar para a progressão na carreira;
- Reduzir o valor anual do subsídio de almoço (já foi feito);
- Reduzir o número de trabalhadores que podem ocupar lugar estatutários no sindicato;
- Continuar a reduzir o número de trabalhadores e a fechar agências

Segundo a própria administração de Paulo Macedo, ela prevê reduzir significativamente desta forma o que o que acha que os trabalhadores da CGD recebem a mais – cerca de 19% - e propõe-se subir as remunerações dos trabalhadores, que são as mesmas desde 2010, em apenas 0,35%, quando a administração da CGD teve aumentos de 80%, como consta das págs. 686 e 687 do Relatório e Contas anual de 2016.

A provocação aos trabalhadores é clara e também ao 1º ministro após este ter criticado publicamente as grandes empresas privadas pelas graves desigualdades salariais (*recordemos na CGD aumentos de 0,35% para os trabalhadores de remunerações congelas entre 2010 e 2018, a inflação aumentou 10,8% e verificou-se um enorme aumento de impostos que ainda não foi revertido na totalidade*), mas subidas de 80% nas remunerações dos administradores executivos, incluindo a de Paulo Macedo.

Neste contexto, é lamentável a posição do Expresso de 18-8-2018, e não deixa de revelar falta de isenção profissional de que tanto se gaba em palavras, o artigo de João Vieira Pereira com o título - “PRIVILÉGIOS E PRIVILEGIADOS” - que já revela grande parcialidade e intenção clara de condicionar a opinião dos leitores e, usando apenas os argumentos da administração, ou seja, ouvindo apenas uma parte (*para ele não existe contraditório*) formula uma opinião e com base nela ataca violentamente e de uma forma desabrida os trabalhadores da CGD, acusando-os de terem muitos privilégios (*muitas das suas afirmações nem correspondem à verdade pois nem se deu ao trabalho de ouvir a versão dos trabalhadores*), e até, veja-se o absurdo e a cegueira, os culpabiliza pela concessão, pelas sucessivas administrações, de crédito de centenas e centenas de milhões € que se perderam (*vê-se bem que de banca não percebe nada*). Seria bom que antes de formular uma opinião se tivesse dado ao trabalho de ter estudado com isenção, ouvindo todas as partes (*parece que desconhece um princípio fundamental do bom jornalismo que é o “contraditório”*), a situação na CGD e os resultados da gestão da administração de Paulo Macedo. Mas assim vai o jornalismo “dito independente” em Portugal, mas não é de estranhar pois o Expresso acolheu recentemente nas suas páginas, como especialista de saúde, o presidente da APHP, o Sr. Óscar Gaspar, um empregado bem pago dos grandes grupos privados da saúde. É evidente os interesses que ele tem de defender.

IV - ALGUMAS CONCLUSÕES FINAIS E OS DESAFIOS FUTUROS

Feita a análise anterior, que foi realizada com base nos dados das Demonstrações Financeiras consolidadas divulgadas pela atual administração da CGD, e obtendo-se assim uma informação consistente do que tem sido a atividade da CGD, dos resultados obtidos, da forma como foram obtidos, e da evolução da sua situação no fim de cada um dos períodos analisados (2016/1º sem.2018), e do comportamento da administração de Paulo Macedo em relação aos trabalhadores da CGD, é possível agora tirar algumas conclusões e apontar os desafios futuros.

Interessa começar por referir vários aspetos positivos revelados pelas contas do 2º semestre de 2018. São eles: um resultado positivo de 194 milhões €; um “*cost-to-income*” de 58%; a inversão da queda dos depósitos registada no 2º Trim.2018; o reforço dos rácios de capital e manutenção de um elevado rácio de liquidez (LCR = 216%) apesar da elevada amortização da dívida ao BCE.

No entanto, a análise detalhada da forma como estes resultados foram obtidos revela fragilidades importantes neste tipo de “recuperação”, que é mais aparente que real. E essas fragilidades são nomeadamente os seguintes.

A continuação da redução do valor do crédito detido pela CGD, o que prova que o novo crédito concedido continua a não ser suficiente para compensar o crédito amortizado, o crédito liquidado, o crédito vendido e o crédito abatido ao ativo (*write-off*). A carteira de crédito da CGD continua a “*encolher*” o que, por um lado, é preocupante pois enquanto não se inverter a queda do crédito nunca haverá na CGD uma recuperação real e sustentável e, por outro lado, revela que a atual administração tem sido incapaz de inverter a redução do negócio bancário.

Tal preocupação acentua-se pelo facto da CGD estar a perder quota de mercado tanto na área do crédito concedido como dos recursos (depósitos) captados aos clientes como ficou claro da análise realizada, o que revela também a continuação de fragilidades da CGD face à concorrência que a atual administração não conseguiu ainda colmatar.

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A diminuição da Margem financeira verificada entre o 1º semestre de 2018 e o 1º semestre de 2017, e o facto de que ela continua fundamentalmente sustentada na redução do custo do “funding” (*juros pagos aos depositantes*) pois a carteira de crédito tem-se reduzido de uma forma continuada, junto ao facto das comissões liquidas terem aumentado, no mesmo período, 9,6% apesar da carteira de crédito ter diminuído, não deixa de causar preocupações até pelo facto disso significar mais despesa para os depositantes, cujos depósitos têm já uma taxa de remuneração próxima de zero.

Apesar das enormes imparidades de crédito que a partir de 2016 (inclusive) tem sido constituídas, as imparidades de crédito constituídas no 1º semestre de 2018 atingiram 113 milhões €, o que corresponde a 2,4 vezes o valor das imparidades constituídas no 1º semestre de 2018 (47 milhões €), o que não deixa de ser preocupante. Apesar das enormes perdas de crédito já verificadas, continua-se a registar mais perdas elevadas prováveis de crédito.

A análise feita também revela a erosão da posição de domínio que a CGD ocupava no setor bancário em Portugal em benefício da banca privada controlada por estrangeiros, de que são provas a redução do seu ATIVO LIQUIDO (entre Dez.2015 e Junho de 2018, diminuiu de 100.901 milhões € para 91.508 milhões €); do CREDITO BRUTO (entre Dez.2015 e Junho de 2018, reduziu-se de 71.376 milhões € para apenas 57.945 milhões €); dos RECURSOS DE CLIENTES (entre Dez.2015 e junho de 2018, diminuem de 73.426 milhões € para somente 64.303 milhões €); do número de AGENCIAS (só em Portugal, entre Dez.2015 e junho de 2018, desapareceram 182 agências) e do número de trabalhadores de TRABALHADORES (entre Dez.2015 e Junho de 2018, só em Portugal, o número de trabalhadores diminuiu de 8.410 para 7.447, portanto uma redução de 963 trabalhadores; a nível de grupo a redução foi muito maior pois, entre Dez.2015 e Dez.2016, a redução atingiu 2.259, tendo passado de 16.058 para 14.799). Estes números constantes dos relatórios e contas da CGD, contrariam, de uma forma objetiva e clara, as declarações feitas em sentido contrário pelos responsáveis atuais da CGD. Se juntarmos a isto a venda de ativos no estrangeiro e a intenção constante do Plano Estratégico de continuar a redução de agências (em 2018, já está planeado o fecho de mais 60 agências em Portugal) e de trabalhadores a conclusão anterior é reforçada.

Interessa ainda referir que a CGD continua a não revelar dados concretos sobre a venda de carteiras de crédito, sobre o valor dos créditos abatidos ao Ativo (*write-offs*) e sobre a recuperação de créditos em incumprimento e em risco, que atinge montantes ainda muito elevados (em Dez.2017, representavam ainda, respetivamente, 7,6% e 8,9% do crédito total, não tendo sido publicados dados referentes ao 2º Trim.2018, sendo apenas divulgado o rácio NPL, ou seja de créditos improdutivos, que atinge 10,5%, um valor ainda elevado e preocupante). Esta não disponibilização de dados detalhados atualizados dificulta que se conheça de uma forma mais profunda a situação real da CGD e mostra que é importante que se invista na recuperação destes créditos os meios necessários pois a recuperação efetiva da CGD também passa por aqui, e não por mais *write-offs* que significam perdas totais de crédito e pela venda de carteiras de crédito a saldo a fundos internacionais que se aproveitam da situação para se apropriarem de elevados lucros

Finalmente, um aspeto grave que vai tornar ainda mais difícil a recuperação da CGD é o ataque violento e deliberado aos direitos e condições de vida dos trabalhadores desta instituição financeira pública levada a cabo pela atual administração, que vai certamente agravar ainda mais o clima social na CGD, criar conflitos que se vão prolongar por muito tempo, se o governo e as forças que o apoiam não puser um travão às intenções da atual administração, pois só poderá conduzir à revolta e desmotivação dos trabalhadores e, em última instância, à destruição da CGD como grande instituição financeira, como parecer pretender-se.

Como conclusão final, pode-se afirmar que o grande desafio que continua a se colocar à CGD, em particular à atual administração, é abandonar a via dos conflitos e confrontos internos, e procurar fazer a inversão da queda continuada do crédito e aumentar do negócio bancário, nomeadamente do crédito concedido às empresas e às famílias, o que ainda não conseguiu apesar do acionista – Estado – lhe ter colocado ao seu dispor os meios suficientes. E isso só possível revelando competência que se dizia ter e mobilizando e motivando os trabalhadores. Enquanto isso não for conseguido a recuperação da CGD nunca será real e sustentada. Continuar o caminho que tem sido seguido – *fecho de agências, redução do número de trabalhadores, venda de ativos internacionais, denúncia do AE da CGD, confronto com os trabalhadores, etc.* – para reduzir custos associada à queda no negócio bancário, embora apresentando eventuais resultados positivos conjunturais, só poderá conduzir a uma fragilização crescente da CGD e à perda da posição que detinha no sistema bancário em Portugal. Repetimos, **inverter a atual situação é o grande desafio que se coloca à atual administração da CGD, que ainda não deu provas de ser capaz disso, e pelo qual terá de ser necessariamente avaliada. E é urgente que o governo e as forças que o apoiam estejam atentos ao que se passa na CGD, já que a CGD é o banco público indispensável ao crescimento económico e ao desenvolvimento do país.**

Eugénio Rosa, Economista, edr2@netcabo.pt, 19-8-2018

Eugénio Rosa – economista – outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 11